

## **PROJETO DE LEI 017/2014 – SEGUNDA VOTAÇÃO**

No dia 27 de março, eu, juntamente com o nobre vereador Paulo Fiorilo, estive em audiência com o Dr. Edson Simões, presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo para me aprofundar sobre a suspensão da concorrência dos 10 corredores, que integram o Projeto de Lei 017/2014 do Executivo.

A decisão do TCM, que data de 8 de janeiro, continua à espera para que a SPTrans esclareça pontos obscuros dos editais e cumpra as recomendações do Tribunal. Nas licitações, a Prefeitura passou por cima de premissas básicas, tais como: insuficiência de justificativa para contratação; falta de comprovação da existência de recursos orçamentários suficientes para arcar com os desembolsos e Projeto Básico incompleto, só para citar algumas irregularidades.

O ofício do TCM está há cinco meses aguardando uma explicação da SP Trans, que vem instruindo os processos em doses homeopáticas. Essa atitude nos leva a inferir duas hipóteses: ou essa demora é proposital, jogando com a possibilidade de que as exigências do TCM caiam no esquecimento, principalmente se o Projeto dos Corredores for aprovado. Ou, então, a demora em atender o Tribunal demonstra a falta de preparo da SPTrans para gerenciar um certame de 4,7 bilhões de reais, que serão gastos só na execução das obras, além de outros bilhões de reais para pagar as 7 mil desapropriações previstas.

Ainda no campo jurídico, a Prefeitura está proibida pelo Tribunal de Justiça de realizar qualquer novo licenciamento de obra de grande porte, incluindo justamente os corredores de ônibus. Essa decisão da Justiça, com base numa ação do Ministério Público do Estado, ainda precisa ser resolvida e pode afetar as obras por tempo indeterminado.

Mas antes mesmo de conseguir a aprovação do Projeto nesta Casa, a Prefeitura já se adiantou e vai tornar esses Corredores em novas fontes de recursos, pois planeja instalar neles 843 novos radares. A prioridade é usar os equipamentos justamente para vigiar as faixas de ônibus, aplicar mais multas e aumentar a arrecadação. Cobrar a população é de fato a política mais rápida e eficiente que a atual administração tem feito em relação ao trânsito.

No ano passado, a Prefeitura arrecadou mais de R\$ 850 milhões com multas e a estimativa é que o valor chegue a R\$ 1,2 bilhão este ano. Como se pode perceber, a atual administração transformou as multas em fontes de arrecadação, encontrando um meio fácil, rápido e eficiente de conseguir recursos. Mas, ao invés de utilizar essa verba para os serviços de engenharia de trânsito, como está previsto em lei, e melhorar o sistema viário em benefício da população, o dinheiro tem sido usado para pagar até o cafezinho do pessoal.

É importante deixar bem claro que nenhum dos vereadores é contra os corredores ou a melhoria dos transportes públicos, que precisa receber, sim, mais atenção das autoridades para que a população seja melhor servida. A questão é a

forma como a Prefeitura vem fazendo, querendo tudo às pressas, sem apresentar qualquer estudo técnico e sem levar em conta o enorme custo social. A atitude afoita da Prefeitura ignora, deliberadamente, o respeito pelas pessoas, por sua história de vida, por tudo que elas conquistaram. É o mínimo que se precisaria fazer quando se pensa em algum tipo de interferência urbana, como são esses corredores de ônibus, numa cidade tão complexa quanto a nossa.

A Prefeitura de São Paulo vem tratando os automóveis como os grandes vilões da mobilidade urbana. Mas vamos refletir: só a implantação dos corredores vai melhorar o caos urbano? O governo tem algum estudo que comprove que os motoristas deixarão os carros em casa e passarão a usar o transporte público? Uma pesquisa do Ibope mostrou que os paulistanos que usam carro são os que mais perdem tempo no trânsito. Além disso, o estudo revelou que aumentou de 50% para 54% o número dos pesquisados que deixaram de usar ônibus e passaram a andar a pé. Também, em 2012, os ônibus levavam 26% dos paulistanos, porcentagem que caiu agora para 24%. A própria Prefeitura reconhece que parte dos 15 mil ônibus que circulam na nossa cidade está distribuída de forma errada.

É essa falta total de critérios, a falta de projetos que contemplem realmente os interesses da população, a falta de debates com a comunidade até se chegar à melhor solução, é que tem provocado cada vez mais reações contrárias ao Projeto dos Corredores dos moradores e comerciantes que serão prejudicados pelos traçados.

Na sessão de hoje essa insatisfação com a Prefeitura está representada pelos movimentos contra o Corredor Alvarenga, na Zona Sul, e o Corredor Itaim-São Mateus que vai passar pela Estrada Dom João Nery, na Zona Leste. Assim como fez o Movimento Não ao Corredor Sabará, que impôs uma derrota histórica à Prefeitura, estes dois movimentos também vem a esta Casa, de maneira pacífica e democrática, não apenas para apresentar sua indignação, mas também para trazer propostas concretas, viáveis que já poderiam ter sido consideradas caso a Prefeitura tivesse aberto um canal de comunicação com a comunidade afetada pelos Corredores. O Executivo tentou o caminho que achou mais fácil: “Não perguntar para não ter de explicar”, e depois passar como um trator por cima da população e desta Casa, como está fazendo.

Senhores vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara, esta Casa tem o dever de ouvir essas pessoas que moram naquelas regiões e são, de fato, as que mais conhecem e sentem em seu cotidiano os problemas e que podem sugerir soluções.

No corredor Itaim-São Mateus – e eu queria parabenizar os integrantes do movimento presentes nesta sessão – o traçado na Dom João Nery vai causar centenas de desapropriações e passar por cima da Unidade Básica de Saúde localizada naquela via.

A proposta dos moradores é que o corredor o Itaim-São Mateus seja pela Rua Manuel Barbalho de Lima, às margens do Córrego Lageado, paralelo à Estrada Dom João Nery. A Rua Manuel Barbalho de Lima já tem planejamento de desapropriação da Prefeitura por conta da situação de risco em que as moradias se encontram e, algumas casas já teriam sido até indenizadas. Pergunto: Por que nem se cogitou em estudar essa alternativa mais viável se ela foi levada aos técnicos da SPTrans, que simplesmente a ignoraram?

Outro caso que chegou ao meu Gabinete é dos moradores da Rua São Teodoro, na Vila Carmosina, que faz parte do Corredor Leste Itaquera. A via em toda sua extensão é amplamente ocupada, tendo inclusive um intenso comércio, além de edifícios em ambos os lados, pequenas indústrias e uma escola. De acordo com os moradores da Vila Carmosina, o Corredor afetará cerca de dois mil imóveis e 10 mil pessoas.

Também está aqui presente o movimento contra a implantação do Corredor Alvarenga, formado por moradores e empreendedores da região. É importante destacar que essas pessoas aqui presentes, a quem também saúdo e dou meus parabéns, representam mais de 3 mil pessoas que assinaram o abaixo-assinado contrários ao Corredor.

Eles deixam claro que não são contra os corredores, mas propõe que a obra seja transferida da Estrada do Alvarenga para a Rua Mar Paulista ou a criação de um “binário” – ou seja um corredor de uma mão única na Rua Mar Paulista e

outro corredor também de uma mão única na Estrada do Alvarenga. Qualquer que seja o ajuste, poderá diminuir em grande escala os reflexos negativos do atual projeto do Executivo.

O corredor na Rua Mar Paulista ordenará melhor uma via em uso por ônibus e caminhões que buscam uma alternativa para o Rodoanel e demais municípios do ABC. É uma região quase sem comércio e com contingente populacional muito baixo.

Pelo atual projeto dos Corredores do Executivo, está prevista a desapropriação de mais de 300 imóveis, no Corredor Alvarenga sendo que a grande maioria é de uso comercial. A implantação acabará com a única área de compras, já tradicional da região, destruindo o modo de vida social, cultural e econômico de uma comunidade estabelecida ali há 75 anos. Os micros e pequenos empresários terão de amargar perdas irreversíveis de anos de luta e de investimentos, levando pelo menos outras 1.300 pessoas ao desemprego, desestabilizando suas famílias e gerando déficit econômico na região.

Esta Casa e os vereadores não podem ficar alheios a esses problemas. As questões humanas são fundamentais e precisam estar acima de tudo. O respeito pelas pessoas, o o respeito pelas conquistas conseguidas ao longo de suas vidas, com muito sacrifício, muita luta e muita dedicação – é só isso o que pedem essas pessoas que aqui hoje estão.